

“Eu não sou o capitão”.

Com essa assertiva, Freud pretende diminuir a resistência do homem dos ratos, e se defender dos perigos da transferência. Eu não sou o capitão. – Eu não sou como o capitão...

No poema de Walt Whitman “O capitain, my capitain”, que se tornou popular pela sua citação no filme “Sociedade dos poetas mortos”, quando do retorno do navio, em meio ao triunfo da volta, um marinheiro chora por seu capitão, cujo corpo está estirado, frio e morto.

O marinheiro, atordado: “my capitain does not answer, his lips are pale and still”. Aqui, cabe a pergunta: como pode um barco navegar sem seu capitão?

Um capitão que nos guie – assim poderíamos resumir uma demanda infantil e, ao mesmo tempo, universal. No caso analisado por Freud, também um capitão que assombre nossa fantasia e nos faça sofrer... e gozar! Atualmente, as tecnociências tem sido bastante exitosas em fazer os sujeitos gozarem, mas ao custo de deixa-los dependentes, alienados e intolerantes às próprias insatisfações.

A nós, psicanalistas, frequentemente é feita a mesma exigência: responder com um saber que alivie o sofrimento, isto é, revelar o segredo escondido.

Enquanto psicanalistas, sabemos que não temos como responder a essas demandas, ainda que isso resulte em certo incômodo. Ao apostarmos na possibilidade do sujeito se apropriar das próprias angústias e reconhecer o próprio desejo, saímos da lógica do segredo e ingressamos na lógica do mistério, do enigma. Estamos, portanto, fazendo uma aposta política, pois subversiva em relação à lógica da submissão ao saber revelador, isto é, do sentido.

Se não existe um segredo a ser revelado, conforme a uma técnica prescrita, o analista se torna responsável pela sua invenção cotidiana.

Por que Freud se apressa em dizer que não é o Capitão? Ao fazê-lo, ele quis sair do lugar de investigador sádico, mas também se arriscou a enfraquecer a transferência. Curiosamente, foi a partir daí que o analisando passou a chama-lo “Sr. Capitão”.

Conforme Lacan, o analista está no lugar do morto. Isso implica que não é o seu ser que está em jogo, e é daí que advém a potência do analisando para enfrentar sua

angústia e seguir seu desejo. O ato analítico aposta na capacidade do sujeito avançar para além das garantias prévias, e enfrentar mares tenebrosos e tormentas.

Fernando Pessoa escreve um epitáfio para Bartolomeu Dias, navegador português que contornou a extremidade sul da África, valendo-lhe o título de “capitão do fim”. A navegação comprovou a esfericidade da terra e permitiu que os marinheiros avançassem destemidos em busca de novos horizontes e transformassem o pequeno Portugal em uma grande nação, a qual passou a existir fora de si mesma, ex-sistindo! Novamente, o capitão está morto. Aliás, morreu em um naufrágio no cabo da boa esperança, mesmo lugar que, anos antes, descobrira. Vejamos o poema:

*Jaz aqui, na pequena praia extrema,  
O capitão do fim. Dobrado o Assombro,  
O mar é o mesmo: já ninguém o tema!  
Atlas, mostra alto o mundo no seu ombro.*

Assim, em termos de uma política da influência, da dominação, prescrição e alienação, o analista está morto, ocupa o lugar vazio que favorece a liberdade do analisando. Cabe aqui a mensagem: “eu não sou seu Capitão”, “não sou seu mestre!”. Paradoxalmente, o analista também está vivo, muito vivo em sua presença, seu desejo que o outro se analise. Enquanto sua vivacidade investe pulsionalmente o setting, a sua morte conduz à navegação e à descoberta de novos mares e continentes.

Podemos compreender essa busca por mares nunca dantes navegados como a disposição a superar valores, modos arraigados de gozo e enquadramentos do desejo. Desde o seu início, o método psicanalítico tem sido utilizado para que o sujeito se aproprie de sua história, de suas angústias, de seu desejo, mas não no sentido da necessidade do sujeito encontrar um objeto que lhe seja mais apropriado, genuíno. Acima de tudo, importa que o sujeito cultive a sua capacidade de desejar.

Já em seu texto “Sobre a dinâmica da transferência”, de 1912, Freud reconhece a importância da psicanálise também no âmbito das instituições. A partir das teorizações sobre a dinâmica dos grupos, e seu desenvolvimento por inúmeros autores, a psicanálise passou a subsidiar a intervenções em nível grupal, atuando quer para grupos heterogêneos, quer para grupos que compartilham de sofrimentos comuns.

Para além da pluralidade dos modos de intervenção, a psicanálise, enquanto saber pode certamente fazer furo em outros saberes, como na medicina ou na pedagogia, por exemplo, gerando transformações cujo alcance seria bastante amplo.

A questão fundamental desse trabalho, contudo, é indagar se a clínica psicanalítica individual repercute no sujeito não apenas enquanto homem particular, mas também enquanto homem público. Enquanto homem particular estão em jogo os investimentos narcísicos do sujeito: seu corpo, sua família, seu trabalho, seus gostos individuais e taras secretas. Enquanto homem público, o que está em jogo é o interesse da pólis, o interesse do coletivo.

Assim, por exemplo, se eu deixo de votar em um candidato porque eu sinto que ele me traiu no passado – mesmo achando que ele seria melhor para a pólis do que outro – essa própria formulação “ele me traiu” já denuncia que o sujeito está egóicamente envolvido na situação. Se meu voto é influenciado pela simpatia do candidato, idem. Se eu não me sinto implicado enquanto cidadão por uma demanda de moradores de uma outra região, idem. Se eu pretendo ocupar uma posição de poder em um partido ou em um cargo público, porque disso depende o meu equilíbrio narcísico, porque só assim me sinto reconhecido e valorizado, bem, há algo da esfera particular que está extravasando para a esfera pública. Se isso está em jogo, torna-se altíssimo o risco de que a perpetuação em um determinado posto ou a ascensão para um posto superior seja mais importante do que o exercício do cargo em si. Nesse sentido, tem havido inclusive muitas críticas aos políticos de carreira, entendendo-se que o mais interessante seria se, findo o pleito, o cidadão retornasse a sua profissão de origem.

Obviamente, a separação entre a esfera pública e privada jamais será total. Ainda assim, é possível questionar se uma análise poderia fomentar a continência entre as duas esferas. Ou seja, será que a política do analista, ao franquear a emancipação do sujeito frente aos imperativos e valores sociais, também favorece a emancipação do sujeito enquanto cidadão?

Um cidadão emancipado seria um cidadão menos alienado em sua necessidade de satisfazer expectativas infantis. Nesse caso, alguém que não precisasse recorrer à esfera pública para resolver questões de âmbito particular. Alguém que não precisasse da esfera pública para satisfazer sua necessidade de reconhecimento, fortalecimento narcísico, que não precisasse permanecer em um lugar fálico como forma de se sentir importante e reconhecido em sua singularidade. Não é difícil imaginar que, caso isso não ocorra, a pessoa pode se identificar ao lugar de poder, o que implica a cronificação dos processos sociais, degradando-os em mera disputa por poder. Uma pessoa emancipada conseguiria, então, circular pela esfera pública com mais fluidez. Uma vez que ela não está em busca

de fortalecimento egóico, é possível dizer que sua posição é análoga ao morto: seu ser não está em jogo.

Em suma, colocamos em questão a ideia de que a psicanálise poderia se constituir como vetor para cidadãos com maior liberdade, capazes de escolher e constituir uma sociedade sempre nova, inovar.

Enquanto a política do analista está em sua falta-a-ser, favorece ao sujeito deparar-se com a falta do Outro e, assim, com a própria castração. Neste sentido, ela fomenta o estranhamento do laço entre a neurose e os bens culturais, o que possibilita refazer este laço de forma mais genuína. Em contiguidade, a Ética do analista está na absoluta autonomia do analisante no modo de fazer esse enlace, mesmo que seja uma posição alienada, conformista ou conservadora.

Ou seja, não estamos propondo que um cidadão analisado teria que ser de esquerda ou de direita, se ele teria de ser egoísta ou altruísta, mas apenas que ele estaria em condição de passear pela esfera pública de forma não sintomática, pois não é lá que se colocaria sua demanda de amor.

Cabe agora uma incômoda questão: será que no meio em que circulamos, onde a frequência de pessoas analisadas é maior, será que percebemos a predominância da capacidade de separação entre o público e o privado?

Em caso afirmativo, eu poderia encerrar o texto por aqui. Contudo, caso essa correlação não seja observada, seria uma indicação de que a técnica psicanalítica ainda precisa evoluir para tal? Ou será que são nossas instituições e políticas de transmissão que precisariam se aprimorar?

Retornando ao início do texto, se é que o psicanalista tem algum papel na emancipação de seu analisando enquanto cidadão, capaz de estabelecer vínculos que não estejam pautados pela violência ou dominação, ele só o tem a medida que pode situar-se em sua falta a ser, fazer furo na idealização de completude do Outro, isto é, ocupar aquilo que chamamos aqui como “o lugar do morto”. Nesse sentido, é irrelevante seu posicionamento político-partidário, é indiferente ele achar que foi golpe ou não, não é nisso que reside seu potencial subversivo.

BAC  
DEPARTAMENTO DE  
ANÁLISE



Instituto Sedes Sapientiae  
R. Ministro Godói, 1484  
CEP: 05015-001  
São Paulo/ SP